



# Caminho dos Vales e das Águas: a formação de um arranjo turístico no litoral do Rio Grande do Sul

Christiano Mór Giongo<sup>1</sup>  
Alex Alexandre Mengel<sup>2</sup>

Recebido em: 23-01-2024

Aceito em: 05-07-2024

## Resumo

Este trabalho teve por objetivo compreender os elementos fundamentais do processo de formação de um arranjo produtivo local de turismo a partir da análise da criação da rota denominada Caminho dos Vales e das Águas, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Para tal, utilizou-se principalmente dos conceitos de redes e de campo. O setor de turismo foi considerado como o campo e o Caminho dos Vales e das Águas foi considerado uma nova organização, que pode modificar a posição dos atores no processo de disputas socioeconômicas no território. Como método, utilizou-se da análise de publicações estatísticas, seguindo com análise documental das reuniões do grupo, análise da evolução das políticas públicas do setor, e realização de entrevistas semiestruturadas. Como resultado, obteve-se a compreensão de quem eram os agentes envolvidos, quais eram suas posições no campo e quais estímulos internos e externos influenciaram a formação do arranjo.

**Palavras-chave:** APL, cluster de turismo, redes, campo, capital.

## Caminho dos Vales e das Águas: a tourism cluster formation in brazilian south coast

### Abstract

*This paper aimed to understand the fundamental elements of a tourism cluster formation as result of a tourism route creation called Caminho dos Vales e das Águas, on the north coast of Rio Grande do Sul. For this, we used the concepts of network and field. The tourism sector was considered the social field and Caminho dos Vales e das Águas, a new organization, which may change the position of actors in the process of socioeconomic disputes in territory. Methodologically, the analysis of statistical publications was used, followed by document analysis of the group meetings, understanding of the evolution of public policies in the sector, and semi-structured interviews. As result, it was possible to understand who the agents were involved, what were their positions in the field and what internal and external incentives they had for the cluster formation.*

**Keywords:** tourism cluster, networks, field, capital.

## 1 Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa que teve como objetivo compreender os elementos fundamentais do processo de formação de um arranjo turístico a partir da análise da criação da rota denominada Caminho dos Vales e das Águas, no litoral norte gaúcho. Buscou-se, com este estudo, identificar: (i) quem eram os atores fundamentais do processo; (ii) como ocorreram as relações entre eles; e (iii) que estímulos internos e externos os atores tiveram para conformar o arranjo.

O Caminho dos Vales e das Águas é uma rota turística formada em 2018 por nove municípios situados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: Arroio do Sal, Dom Pedro de Alcântara,

<sup>1</sup> Mestrado em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PPGREDES-UFRGS). E-mail: [christiano.giongo@gmail.com](mailto:christiano.giongo@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PPGREDES) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: [alex.mengel@ufrgs.br](mailto:alex.mengel@ufrgs.br)

Itati, Mampituba, Morrinhos do Sul, Terra de Areia, Torres, Três Cachoeiras e Três Forquilhas. A rota foi criada com o objetivo de impulsionar a prática de turismo na região, que possui diversos atrativos naturais, culturais e de entretenimento entre os vales, dunas, cachoeiras, rios e lagoas. A natureza dos municípios integrantes é composta por cascatas e rios sinuosos, dentro da Mata Atlântica, ligados, ao mesmo tempo, à Lagoa Itapeva e ao mar (ROCHA, 2018).

O método de pesquisa compreendeu análise de publicações estatísticas sobre a região, análise documental dos encontros de formação do arranjo turístico, análise da evolução das políticas públicas do setor e realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças do setor de turismo da região. As análises das estatísticas socioeconômicas dos municípios auxiliaram na compreensão sobre a importância do turismo para o conjunto da organização socioprodutiva regional. Já a análise documental possibilitou um primeiro entendimento a respeito de quem foram os atores participantes do processo de criação do arranjo, assim como, quais foram as discussões realizadas para criação da organização. As entrevistas semiestruturadas permitiram entender como o Caminho dos Vales e das Águas surgiu, com que motivações foi concebido, quais eram seus objetivos e seus principais desafios, em que momento começou a ser pensada a rota, quem eram as pessoas e organizações que estiveram à frente do processo. Durante as entrevistas foi identificada a necessidade de se entender as políticas públicas voltadas ao turismo, especialmente aquelas relativas à regionalização do turismo.

A escolha dos entrevistados foi feita a partir da análise das listas de presença das reuniões que ocorreram entre 2017 e 2019. Depois de identificar aqueles indivíduos com mais assiduidade e com maior participação das dinâmicas naquele período, outros indivíduos que deram continuidade ao projeto nos anos seguintes foram identificados durante as entrevistas e acrescentados na relação. Além disso, lideranças do setor de turismo da região, que não participaram diretamente do projeto, também foram entrevistadas. Assim, chegou-se a um número final de 10 agentes para serem entrevistados, sendo 5 que participaram ativamente da formação do Caminho dos Vales e das Águas e outros 5 que tinham um papel importante no turismo destes municípios, mas que não participaram diretamente da formação da rota. A representação dos envolvidos também ficou dividida entre a esfera pública e o setor privado. Foi importante a representação de ambas as esferas, por se tratar de campos diversos, que têm regras e ambições distintas – mesmo que inter-relacionadas – o que, inclusive, pode influenciar as percepções a respeito da formação do arranjo em questão.

Este artigo será dividido em quatro seções a partir daqui. A próxima seção será dedicada a apresentar brevemente o referencial teórico utilizado na pesquisa. A seguinte seção irá

apresentar os resultados obtidos. Após, serão tratadas as principais discussões acerca dos resultados alcançados. Na última seção, serão apresentadas as considerações finais.

## **2 Arranjos produtivos como redes e o campo turístico**

Um arranjo produtivo local é um conglomerado de atividades econômicas concentradas em uma determinada região, formado por diversos agentes, incluindo fornecedores de matérias-primas, prestadores de serviços especializados, fornecedores de produtos complementares, associações, universidades, órgãos públicos, e outros, que de alguma forma contribuem para a disseminação do conhecimento, especialização e geração de economias internas e externas. Para haver um arranjo produtivo local, ou um *cluster*, é preciso que haja concentração setorial e geográfica (PORTER, 1998; IGLIORI, 2001).

O conceito de arranjo produtivo local é adequado às características das atividades de turismo, pois o produto turístico interage com os diversos atores sociais locais, permitindo que sejam realizados negócios conjuntos ou inter-relacionados, com grande potencial para formação de redes e associações (NORDIN, 2003; CUNHA E CUNHA, 2005; BENI, 2012). Para compreender as dinâmicas entre estes atores sociais, que têm diversos interesses em comum, a análise de redes é considerada ferramenta fundamental (SILVA et al, 2013). Redes são formas de organização não-hierárquicas que se expandem através da interconexão de indivíduos envolvidos em atividades correlacionadas. Metaforicamente, os nós são os indivíduos ou organizações e as linhas, as relações sociais ou os laços (BURT apud RACHERLA E HU, 2010).

Burt (1992) destaca que a formação de redes pode trazer três tipos de vantagens nas trocas de informação: acesso, *timing* e referências. Sobre acesso, o autor destaca que se alcança o benefício quando se tem a capacidade de receber uma fatia importante de informação e saber para quem ela interessa. Sobre *timing*, o autor destaca as vantagens de se ter a informação mais cedo. Sobre referências, destaca sobre a importância das indicações realizadas por pessoas de confiança na rede.

Estabelecer e manter laços é um processo custoso, e quando se estabelecem laços redundantes, a rede é ineficiente. Suponha, para ilustrar, que você estabeleça três vínculos com indivíduos que têm laços fortes entre si. Os benefícios de você ter um vínculo com um desses elementos ou com todos os três é o mesmo, já que provavelmente proverão os mesmos acessos à informação. Ao direcionar todo o esforço de estabelecer e manter estes dois vínculos redundantes para dois novos vínculos não-redundantes é possível expandir a rede e aumentar

sua efetividade. Eficiência e efetividade são, portanto, os dois princípios das redes otimizadas (BURT, 1992).

Adicionalmente, a noção de campo contribui para compreender as razões para que cada um dos atores ocupe o lugar que ocupa em dado espaço social, em termos de ativos sociais, ou seja, a partir de seus capitais sociais. Da mesma forma, contribui para percebermos que as relações em determinado espaço social são de colaboração e de disputas, de acordo com os objetivos dos atores, e não menos importante, de acordo com a própria estrutura social do campo. Neste sentido, a agência de cada um dos atores é completamente influenciada pelo lugar ocupado por eles. Um campo é carregado de regras, comportamentos e atitudes comuns e aceitáveis, os quais são internalizados pelos sujeitos, que passam a pensar e agir de acordo com eles, dotando um *habitus* (BOURDIEU, 2003; 2005).

Existem diversos campos na sociedade, cada um com os seus próprios capitais em disputa e com suas regras. Os indivíduos podem ocupar uma posição em cada um desses campos, como se fossem várias dimensões. O campo econômico caracteriza-se por suas duras sanções, e porque, acima de tudo, as ações dos indivíduos são motivadas principalmente pela busca da maximização do ganho material. Ao mesmo tempo, entretanto, muitos dos demais campos são também contaminados pelos aspectos econômicos, assim como o campo econômico também não é direcionado apenas pela lógica de mercado (BOURDIEU, 2005).

Por outro lado, no campo político – igualmente importante para a análise, já que a maioria dos atores envolvidos nesta pesquisa representava a esfera pública – o objeto em disputa é o poder sobre o Estado. Neste campo, as armas utilizadas nas disputas são relacionadas à reputação e à notoriedade, ou seja, ao capital simbólico. Neste sentido, no campo político, “a força é simultaneamente a arma e o que está em jogo” (BOURDIEU, 2011, p. 207).

Já para compreender o campo turístico, de acordo com Pimentel (2020), deve-se primeiramente saber quem são os agentes nele envolvidos para então identificar quais os capitais almejados por estes agentes. O turista, por exemplo, busca aumentar o seu capital cultural e, neste sentido, o turismo pode ser considerado um subtipo do campo cultural.

Os agentes envolvidos no destino turístico, entretanto, almejam ganhos materiais, tornando o campo turístico parte do campo econômico. Ao mesmo tempo, quando a esfera pública se envolve na formação de um arranjo turístico, o campo político também passa a ser relevante para a análise. Assim, quando se analisa a formação de um arranjo turístico, através da instituição de uma organização duradoura, com a participação de agentes do setor econômico e agentes da esfera pública, para saber quão estruturado está o campo, as análises devem ser

concentradas especialmente na posição e nas ambições de cada agente envolvido (PIMENTEL, 2014).

Pela formação da rede através da criação do arranjo, o campo social, relativo ao estabelecimento de relacionamentos, tem importância elevada, assim como o turístico, o econômico e o político. Neste trabalho, portanto, estes campos foram os mais relevantes para construir a análise.

### **3 Resultados e discussão**

#### **3.1 Agentes envolvidos na formação do arranjo**

Aqui descreveremos brevemente quem eram os principais agentes envolvidos na criação e continuidade da rota Caminho dos Vales e das Águas (CVA) e, em seguida, serão tratadas as relações entre eles a partir da sua posição, ora no campo turístico, ora no campo político, como forma de inferir seu capital e entender como os conceitos de redes, campo e capital podem ser vistos na pesquisa empírica. No quadro 1, na próxima página, apresenta-se um breve resumo de cada um dos agentes que participaram da formação do arranjo, juntamente com outras lideranças do setor de turismo da região que não participaram dos encontros.

C. C. foi um dos idealizadores do Caminho dos Vales e das Águas, responsável por iniciar as articulações para integrar os municípios da encosta da serra para se desenvolverem como uma rota turística. Por ter sido secretário municipal, vice-prefeito, cargo comissionado e prestador de serviços de licenciamento ambiental em diversos municípios do litoral norte gaúcho, além de ter presidido a Associação dos Amigos da Praia de Torres, e pelos relatos feitos pelos entrevistados, infere-se que ele tinha capitais social e simbólico elevados.

Sabe-se que capital social é o conjunto de recursos disponíveis na posição que o agente ocupa em uma rede de relações. Quanto maior a rede estabelecida, maior a probabilidade de o agente ter acesso a estes recursos, portanto, maior é o seu capital social. Capital simbólico, por sua vez, está relacionado à reputação e à notoriedade, ou seja, ao seu valor atribuído por outros agentes, sendo, portanto, o capital mais requisitado no campo político (BOURDIEU, 1980; 2011).

Este personagem, considerado pelos demais atores como essencial no processo, morreu prematuramente, o que desestimulou o andamento dos trabalhos para a formação do arranjo, fato confirmado por seus colegas, o que demonstra o quão elevado era seu capital simbólico dentro da sua rede de relações. L. S. (2021, informação verbal), um dos idealizadores do projeto,

por exemplo, explicando todo o histórico da criação da rota, ao ilustrar os motivos de o projeto ter parado por um período, relata: “nós perdemos também um dos mentores, que nos ajudou nesse projeto todo, que faleceu. E aí também nos atrapalhou bastante isso”.

Quadro 1 - Agentes do setor de turismo da região do Caminho dos Vales e das Águas

Grupo	Iniciais	Principal função	Localidade	Público / Privado
Agentes entrevistados que NÃO participaram da formação do CVA	E. B.	Guia de Turismo	Externo	Privado
	F. N.	Secretário Municipal de Turismo	Torres	Público*
	I. F.	Presidente do SHRBSLN, Vice-presidente da ABIH-RS, Hoteleira, Turismóloga	Torres	Privado
	R. R.	Gerente do Parque dos Canyons	Mampituba	Privado
	V. J.	Secretário Municipal de Turismo	Mampituba	Público*
Agentes entrevistados que participaram da formação do CVA	A. N.	Secretário Municipal de Turismo	Terra de Areia	Público*
	B. M	Vice-presidente da Associação CVA, Turismólogo	COOMAFITT	Privado**
	L. S.	Secretário Municipal de Turismo	Arroio do Sal	Público
	N. P.	Presidente da Associação CVA / Hoteleira	Morrinhos do Sul	Privado**
	R. C.	Arquiteta, filha de C. C.	Três Forquilhas	Público
Outros agentes relevantes que participaram da formação do CVA, mas não foram entrevistados	C. C.	Engenheiro Agrônomo, atuou em diversas prefeituras da região	Três Cachoeiras	Público
	F. M.	Administrador, ex-secretário municipal, ex-presidente da ATL-Norte	Morrinhos do Sul	Público
	A. P.	Turismólogo, ex-secretário municipal	Torres	Público

\* Apesar de atuar no setor público, também foi empreendedor no setor privado.

\*\* Apesar de ser empreendedor privado, já teve cargo público.

Fonte: Elaborador pelo autor.

N. P. (2021, informação verbal), empreendedora, que tem história política na região do Caminho dos Vales e das Águas, sobre a perda desta importante liderança, afirmou: “um dos grandes organizadores da nossa região [...], ele foi super importante, sempre, na nossa região. Ele era Engenheiro Agrônomo, e trabalhou muito nossa região em todas as áreas, na área ambiental, no planejamento urbano”. Em seguida, complementa:

Ele dava assessoria em vários municípios aqui da região, não é? Então, ele conhecia profundamente a vida das prefeituras aqui, de todo mundo, de olhar a pessoa ideal no momento. Então ele sonhou isso, se organizou, mobilizou, chamou. É muito importante que a gente também reconheça isso. Um ator assim que sonhou e conseguiu fazer com que todo mundo sonhasse junto (N. P., 2021, informação verbal).

Ao observar a maneira como diversos atores tratam a participação de C.C., destacamos a reflexão de Rios (2013), que, a partir de estudos de Halbwachs e Pollak sobre memória coletiva e memória individual, concluiu que a memória dos sujeitos nem é totalmente individual, tampouco totalmente coletiva: sua constituição envolve experiências próprias e experiências herdadas pelos grupos através do processo social. Os indivíduos e grupos costumam destacar elementos da memória buscando formar uma identidade positiva, mesmo que de forma inconsciente ou tácita, “auxiliando a manutenção de uma posição privilegiada de poder e status” (RIOS, 2013, p. 12).

Neste sentido sabe-se que, depois de falecido, a memória de um sujeito tende a ser mitificada pelo grupo que convivia com ele, positivando-a. Nota-se, no entanto, que C. C., além de ter participado da maioria das reuniões, liderou boa parte delas, confirmando vários aspectos citados pelos entrevistados. Além disso, verificamos que a maioria dos encontros ocorreu em Três Cachoeiras, município base de C. C. Mesmo que Três Cachoeiras seja geograficamente central em relação aos demais municípios que compõem a rota, não é o único município nessa condição, e compreende-se que foi escolhida pela elevada capacidade de C. C. de envolver os agentes. Sua liderança e capacidade de articulação eram realmente relevantes, de acordo com os relatos.

Já na retomada das atividades do Caminho dos Vales e das Águas, em 2021, N. P. foi escolhida para ser a nova presidente da rota, em substituição a C. C. Ela era uma empreendedora militante com destacada trajetória política na região, bem como com forte atuação em campanhas e movimentos sociais, sendo alguns deles sob sua condução. Portanto, infere-se que N.P. também tenha elevados capital social e capital político na região.

N. P., em sua trajetória, participou dos primeiros movimentos de criação das futuras entidades de classe que representariam os servidores públicos municipais de Torres. Auxiliou na organização de vários sindicatos, associações, movimentos sociais do Litoral Norte. Foi vereadora e, mais tarde, elegeu-se prefeita de Torres. Na época de sua posse, N. P. era empreendedora do turismo rural em Morrinhos do Sul (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Dois outros agentes, relevantes por suas posições, se desligaram da rede. Um deles foi F. M., ex-Secretário Municipal de Meio Ambiente de Morrinhos do Sul, responsável pela pasta de turismo do município. F. M. teve papel ativo na formação da rota e foi também o primeiro presidente da Associação do Turismo do Litoral Norte (ATL-Norte) – atual instância de governança regional – eleito em 2019. Em entrevista ao jornal O Sul, no momento da sua posse como presidente da ATL-Norte, em maio de 2019, relata:

Hoje o turismo deve ser pensado de forma coletiva, isto converge com a instrução do próprio Ministério do Turismo, que assinala a necessidade da regionalização para a exploração do setor. Nosso objetivo é auxiliar a organização do turismo em todos os municípios do Litoral Norte para que possam implantar uma secretaria ou um departamento específico para o segmento. É importante visualizarmos a questão turística como uma disciplina já nos bancos escolares. Esse conjunto de ações fortalecerão a imagem da nossa região promovendo diretamente a economia local (O SUL, 2019, s/p).

F. M. chegou a participar de seis reuniões da rota em 2018. Devido a sua experiência na iniciativa privada e na esfera pública, e em sua boa capacidade de articulação, infere-se que F. M. possuía elevado capital social e elevado capital político. Entretanto, por motivos particulares, deixou a Secretaria de Meio Ambiente de Morrinhos do Sul, mudando-se para outro estado e, conseqüentemente, se desligou da presidência da ATL-Norte, e da vinculação com o Caminho dos Vales e das Águas, ao final de 2019.

A. P. também se desligou da rede ao assumir outra secretaria na prefeitura de Torres. A. P. tinha presença significativa nos encontros de formação da rota, tendo participado de cinco deles em 2018. Além dele, outros 18 representantes de Torres participaram dos encontros entre 2017 e 2021, sendo o município com maior número de participantes diferentes reunião. Em seu lugar, assumiu F. N., profissional da área de marketing, um dos entrevistados para esta pesquisa.

Junto a L. S., então Secretário de Meio Ambiente e Turismo de Arroio do Sal, idealizador do projeto com catamarã na Lagoa Itapeva, assim como A. N., Secretário de Turismo de Terra de Areia, estes foram os principais agentes que se envolveram na formação do arranjo, de acordo com a análise das atas e das entrevistas realizadas.

### 3.2 Processo de formação do arranjo

A rota foi concebida a partir da iniciativa de algumas lideranças regionais, especialmente representantes das prefeituras municipais, pautados pelos programas de regionalização e roteirização do turismo, vislumbrando fomentar o turismo rural e ecológico na região. O processo



ganhou força com a ideia adicional de implantar um catamarã ligando os municípios ao redor da Lagoa Itapeva oferecendo passeios turísticos. Passou a ganhar forma e expressão após diversas reuniões de trabalho que ocorreram a partir de outubro de 2017, ao mesmo tempo em que os municípios da região foram instituindo seus conselhos municipais de turismo e seus fundos municipais de turismo, para se enquadrar na Lei Geral do Turismo.

O primeiro encontro, em outubro de 2017, serviu para apresentar os dois circuitos turísticos que seriam criados na região. Um roteiro através de trilhas que proporcionariam experiências junto à natureza e outro com passeios náuticos, utilizando barcos, catamarãs e balsas, de forma que integrasse seis municípios localizados ao redor da lagoa.

Aos 11 dias do mês de outubro de 2017, no auditório da Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras, reuniram-se prefeitos, secretários, empreendedores do meio turístico para apresentação do Projeto “CAMINHOS DA MATA ATLÂNTICA”, que se propõe a criar um roteiro turístico para a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, envolvendo nove municípios entre eles: Três Cachoeiras, Terra de Areia, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Três Forquilhas, Mampituba, Torres, Morrinhos do Sul e Arroio do Sal (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017a, s. p.).

Este Projeto contempla dois circuitos, o primeiro se resume na travessia da lagoa Itapeva, (...) através de barcos (pessoas) e balsas (veículos), entre os municípios de Arroio do Sal e Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Terra de Areia (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017a, s. p.).

Neste mesmo encontro também foi tratado do segundo circuito, que consistia em criar um roteiro que contemplasse as belezas naturais, os elementos históricos, os elementos rurais, os elementos ecológicos e a religiosidade, podendo, dessa forma, valorizar a cultura, e conseqüentemente a identidade local através das belezas naturais, da gastronomia característica e de seus produtos ecológicos (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017a, s. p.).

Na segunda reunião do grupo, também realizada em outubro de 2017 em Três Cachoeiras, foi deliberado a respeito da necessidade de se constituir uma entidade jurídica, com CNPJ, possivelmente um consórcio entre os municípios. Também foi destacada a necessidade de os municípios terem em suas estruturas, no mínimo, um departamento de turismo e criarem um conselho municipal de turismo e um fundo municipal de turismo. Foi definido, no encontro, que cada reunião deveria ocorrer em um município diferente, para que os envolvidos tivessem oportunidade de conhecer os demais municípios integrantes da rota.

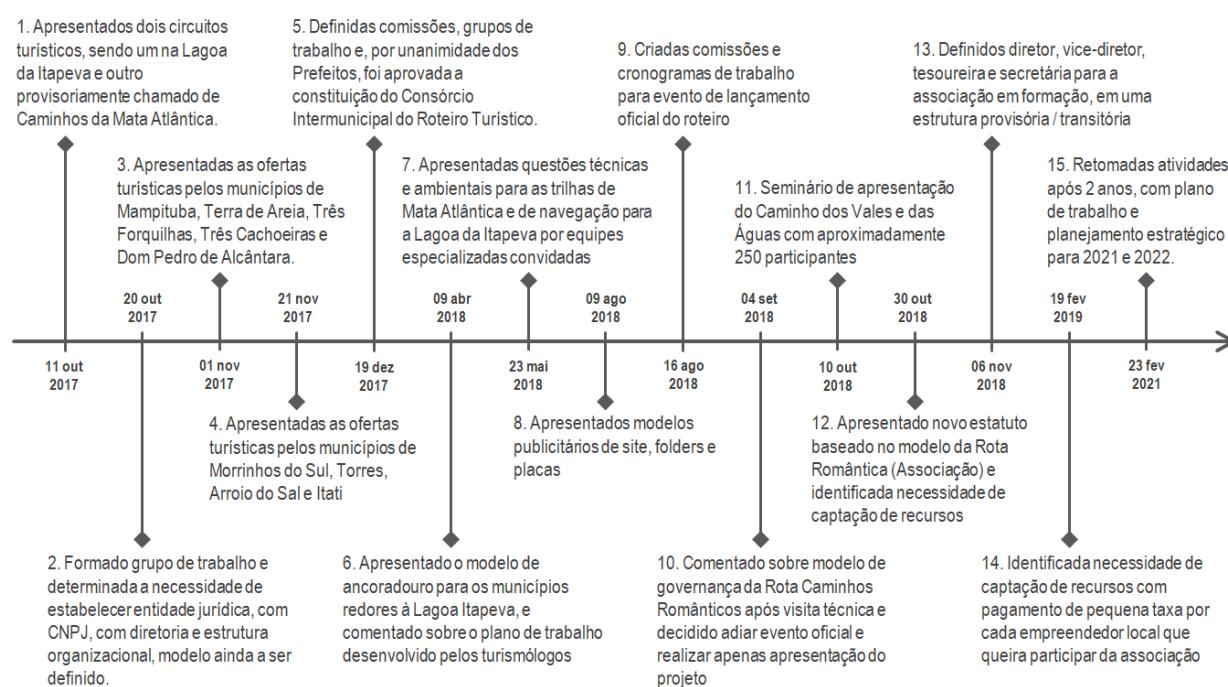
Foi sugerido para que cada município crie, no mínimo, um Departamento de Turismo e designe um servidor responsável por ele, e que também crie um Conselho Municipal do Turismo, de extrema importância, para posterior criação do Fundo Municipal do

Turismo e também a mobilização de toda a comunidade do município (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017b, s. p.).

Ficou definida a criação de uma entidade jurídica para o roteiro, com CNPJ, diretoria, visando a organização e a participação de todos os municípios, sem depender apenas do Poder Público (CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS, 2017b, s. p.).

Nos dois encontros seguintes, um realizado em Mampituba e o outro em Três Forquilhas, em novembro de 2017, foram apresentadas as ofertas turísticas dos nove municípios que integravam a aliança. As reuniões seguiram ocorrendo para organização da rota, ao longo de 2018, cada uma em um município diferente. Houve apresentação de modelo de ancoradouro para o catamarã, envolvimento dos responsáveis pela Área de Preservação Ambiental Rota do Sol para avaliação de trilhas, criação de site e de material publicitário e organização do evento de lançamento, como resumido na linha de tempo representada na figura 1.

Figura 1 - *Timeline* dos encontros de formação do arranjo produtivo local.



Fonte: Elaborado pelos autores.

### 3.3 Discussões

Aqui serão trazidas as principais análises acerca dos materiais pesquisados e das entrevistas realizadas. Identificamos as principais organizações envolvidas, as posições que ocupavam, os capitais existentes e os almejados, a rede estabelecida e a análise do campo a partir das mudanças na rede e das influências externas.

### 3.3.1 As organizações envolvidas

O projeto foi predominantemente organizado por representantes das prefeituras dos municípios envolvidos. Porém, o nível de engajamento de cada uma das prefeituras foi diferente. Algumas se dedicaram mais à iniciativa do que outras.

Neste sentido, um dos entrevistados, ao ser questionado sobre a participação de cada um dos agentes, relatou que “Torres foi uma decepção sempre, porque trocou de secretário cinquenta vezes, e até hoje não participa muito” (A. N., 2021, informação verbal). O entrevistado complementou em seguida: “Então eu esperava que o ‘município-mãe’ abrigasse todos e conduzisse um projeto grande. E não foi. Partiu mais dos pequenos, do que dele” (A. N., 2021, informação verbal).

Para entender melhor a participação efetiva de cada município, no entanto, foi feita análise do comparecimento dos representantes de cada município a partir das listas de presença, como forma de entender o nível de engajamento de cada uma das prefeituras e demais agentes. Mas não só a quantidade de representantes ou a assiduidade de determinadas organizações foi suficiente para entender seu engajamento, pois cada uma delas poderia mandar representantes diferentes em cada encontro, só para constar presença, por exemplo. Por isso, a análise do giro desses representantes foi outro indicador importante.

Assim, ao analisarmos a quantidade de participações (A), ou seja, o número de pessoas que participaram de cada uma das reuniões, e compararmos com o número de representantes (B), ou seja, a quantidade de pessoas diferentes que participaram, podemos analisar a alternância de pessoas. Se fizermos a razão da quantidade de representantes pela quantidade de participações, chegaremos a um número índice que chamaremos de *giro*, que irá variar de 0 a 1. No limite, se o resultado for próximo a zero, significa que para a entidade analisada teve grande número de participações e com baixa rotação quanto aos nomes dos representantes destas entidades. No outro extremo, resultado igual a 1, a entidade, ou participou de poucas reuniões, ou teve elevada rotação de seus representantes.

A tabela 1, abaixo, foi elaborada a partir das listas de presença dos encontros realizados entre 2017 e 2021, e considera a representação de cada agente a partir da origem do participante, seja ele da esfera pública ou privada. Dos 15 encontros, tem-se a lista de presença de 10 deles, cujos dados foram tabulados. Os agentes que participaram de um único encontro foram retirados da análise, pois infere-se que tiveram participação apenas pontual. Nota-se, com isso, que os agentes que não representam as prefeituras municipais tiveram baixa assiduidade,

o que demonstra que a formação do arranjo foi basicamente liderada, primeiramente, pelas prefeituras municipais.

Tabela 1 - Participação dos principais agentes nos encontros

Agente	Quantidade de Participações (A)	Quantidade de Representantes (B)	Giro (B / A)	Assiduidade
Agência de Turismo Estância Tropeira	2	1	0,50	20%
Bacia Hidrográfica Rio Tramandaí	3	2	0,67	20%
Coomafitt	5	2	0,40	40%
Espaço Náutico	5	2	0,40	40%
SEMA	5	4	0,80	20%
P. M. de Arroio do Sal	23	9	0,39	90%
P. M. de Dom Pedro de Alcântara	12	6	0,50	70%
P. M. de Itati	3	2	0,67	30%
P. M. de Mampituba	7	4	0,57	40%
P. M. de Morrinhos do Sul	12	4	0,33	70%
P. M. de Terra de Areia	14	6	0,43	70%
P. M. de Torres	27	18	0,67	90%
P. M. de Três Cachoeiras	26	5	0,19	100%
P. M. de Três Forquilhas	21	6	0,29	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

As prefeituras municipais que tiveram o maior giro de participantes, na razão B/A, foram as de Itati (0,67), Torres (0,67) e Mampituba (0,57), respectivamente. Destes três, Itati e Mampituba tiveram uma baixa assiduidade (30% e 40%, respectivamente), ante 90% de presença do município de Torres, o que de certa forma, demonstra um compromisso mínimo de, ao menos, manter um representante.

Percebe-se, no entanto, que o número elevado de participantes e de participações do município de Torres foi concentrado no sétimo encontro, que ocorreu em Torres no dia 23 de maio de 2018. Foi a única reunião de trabalho no município, o que explica a anormalidade nos dados. Situação semelhante, com menor intensidade, ocorreu com Mampituba (município sede do 3º encontro), com Três Forquilhas (município sede do 4º encontro), com Dom Pedro de Alcântara (município sede do 8º encontro) e com Arroio do Sal (município sede do 9º encontro). Depois do 7º encontro, ocorrido em Torres, o município manteve representação nas demais reuniões.

Torres é o município com mais ofertas turísticas de toda a região. Emancipou-se de Osório em 1889 quando a prática do banho de mar emergiu, e por isso foi tratado como “município mãe” na fala de um entrevistado. Em seu argumento, percebe-se a disputa por capitais simbólicos na formação do arranjo: “Eles queriam o nome do projeto como ‘Caminhos que Levam a Torres’. Nós vamos montar, trabalhar, ‘morrer’ para dar mais para um lugar que não precisa de

propaganda” (A. N., 2021, informação verbal). Sua fala demonstra a vontade de um agente, que representa um município pequeno, ainda pouco desenvolvido turisticamente, contar com outro, de turismo forte, em suas alianças. Claramente discorda, no entanto, que isso ocorra em condições que promovam o aumento do capital do outro que já o tem em maior proporção.

Ainda sob a ótica de engajamento, verificamos que houve troca do Secretário Municipal em Torres e, em entrevista com o novo secretário, foi constatado que ele não estava participando ativamente do arranjo. Quando questionado sobre o Caminho dos Vales e das Águas, diz *conhecer*, não se inserindo no contexto:

Conhecemos sim, e sabemos que é um roteiro importante, são mais produtos dentro de um roteiro que são apresentados para turistas e sempre servem como opção para os mais variados tipos de perfil que buscam os nossos destinos (F. N., 2022, informação verbal).

A mudança de agentes em um arranjo pode ser fundamental para definir os seus rumos em um campo social. Há variação em relação aos capitais que cada agente possui. Cada um integra redes diferentes. Cada um tem objetivos distintos. Há alteração no campo de contribuições e de disputas.

### 3.3.2 As mudanças na rede e os efeitos no campo

A troca dos agentes responsáveis pela gestão municipal era vista como um problema por quem atuava no setor. Mesmo sem terem sido perguntados sobre as disputas políticas, cinco dos dez entrevistados – sendo dois representantes da esfera pública e três da iniciativa privada – falaram sobre suas preocupações quanto aos problemas que as disputas políticas causam no andamento de seus trabalhos. Abaixo, seguem alguns trechos de agentes entrevistados.

Mudam-se alguns prefeitos, entram novas pessoas. [...] Cada vez que troca, é uma nova pessoa, é uma nova maneira de ver a questão do turismo. E daí, começa tudo de novo (A. N., 2021, informação verbal).

Nessa função de que não se perderam os trabalhos, ou de quatro em quatro anos, ou de dois em dois anos, ou [quando] um secretário, que é CC [cargo comissionado], briga com o prefeito e sai, [...] se perde o fio da meada (N. P., 2021, informação verbal).

Quem esteve à frente da condução da rota, naquele novo momento, entendia que ela deveria ser conduzida pela iniciativa privada. Tal estratégia foi confirmada por agentes representantes do poder público. A. N. (2021, informação verbal), neste sentido, afirmou que

“pelo privado, independente de quem esteja no poder, o dono da propriedade, o dono do empreendimento, vai tocar o projeto sempre. Então, desde o início eu defendi que o projeto fosse encabeçado por particulares”.

Segundo os entrevistados, os agentes políticos da administração em vigor, visando enfraquecer os seus adversários não davam continuidade aos projetos de seus antecessores. E isso ocorria independentemente do partido político de quem estava eleito, o que era, sob a ótica conceitual de Bourdieu, uma tentativa de diminuir o capital simbólico ou político de seus concorrentes.

Como a gente, infelizmente, tem essa visão ainda, no Brasil, de que, se entrou outro prefeito, e se a ideia era do outro, “não, isso aqui não estou a fim porque a ideia era do outro”. E nós queríamos que a rota fosse duradoura. Então a ideia era que ela fosse independente disso. Que ela tivesse a força dos empreendedores para poder cobrar do poder público, as ações que o poder público tivesse que tomar, e que ela andasse com as próprias pernas para avançar e para continuar evoluindo (R. C., 2021, informação verbal).

O campo político, assim como os demais, na concepção de Bourdieu, é um espaço de lutas, onde cada um quer se apropriar do capital que está em disputa (LAHIRE, 2017; LEBARON, 2017). Quando se fala em “ideia do outro” no trecho anterior, estamos diante de uma característica comum no campo político, onde ocorrem as disputas pelo capital simbólico e político.

O projeto, no entanto, como vimos, foi iniciado quase que totalmente pela esfera pública, através da articulação de agentes das prefeituras, pautados pelo programa de regionalização do turismo do governo federal – o que detalharemos na seção seguinte. Sobre isso, os entrevistados se expressaram da seguinte forma:

Começamos primeiro pelo poder público, para entender a importância de envolver o turismo, porque as pessoas muito falavam que turismo é muito importante e tudo, mas muito pouco a gente consegue visualizar uma política pública de fato voltada ao desenvolvimento do turismo (B. M., 2021, informação verbal).

Para esse negócio andar, a gente sempre precisa de financiamento. Porque precisa de um carro que carregue, precisa de uma impressora que imprima, precisa de um telefone, precisa de uma pessoa à disposição para ligar, para mobilizar. Foi muito importante o papel das prefeituras neste momento (N. P., 2021, informação verbal).

Diante dos relatos, podemos perceber a importância do papel do Estado para iniciar projetos de desenvolvimento econômico regional. A iniciativa privada, como vimos, não iniciaria projetos como este sem uma análise econômico-financeira robusta. As prefeituras municipais

foram as principais financiadoras do arranjo nesta etapa inicial. As disputas políticas, por outro lado, foram entraves que dificultaram o processo.

### 3.3.3 Os fatores externos

Como vimos, muitos dos demais campos da vida social são também contaminados pelos aspectos econômicos, assim como o campo econômico também não é direcionado somente pela lógica de mercado (BOURDIEU, 2005). Assim, o campo político, principalmente, afeta e é afetado pelo campo econômico.

O principal elemento relatado, por meio das entrevistas, como influenciador do processo de mobilização dos atores para formação do arranjo foi a capacidade de garantir recursos financeiros para continuidade do projeto. Um entrevistado, por exemplo, relatou sobre o sucesso obtido para sensibilizar sete dos nove municípios para aprovarem uma dotação orçamentária para que os municípios contribuíssem financeiramente com a associação do Caminho dos Vales e das Águas.

Em 2019, continuando os trabalhos, a gente conseguiu, a partir dessa sensibilização, aprovar nas câmaras de vereadores, porque a gente sabe que para se ter recursos do poder público, precisa ser aprovado. A gente elabora em conjunto uma proposta de lei que reconheça o caminho e que prevê uma dotação, aprovada no plano plurianual desses nove municípios: Mampituba, Morrinhos [do Sul], Dom Pedro de Alcântara, Arroio do Sal, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Itati e Torres. A gente conseguiu aprovar em sete municípios a lei prevendo recursos (B. M., 2021, informação verbal).

Outro agente trata dos objetivos que o projeto tinha de captar recursos públicos ao argumentar que o projeto “ganhou corpo, assim, de uma tal maneira, que nós procuramos ajuda, então, para apresentar, e criar os estatutos, e criar as leis de turismo, criar junto ao legislativo, liberações de verbas através dos prefeitos”. E completa: “Onde é que os municípios vão captar recursos para a implantação da infraestrutura turística? Então foram montadas leis junto ao legislativo. E foi desenvolvido pelo executivo, porque você tem que participar de um plano anual” (L. S., 2021, informação verbal).

Cabe ressaltar que, desde o início das políticas públicas de descentralização do turismo, em 1991, depois com a chamada Lei Geral do Turismo, de 2008, e, principalmente a partir da Portaria MTur nº 313 de 2013 e da Portaria MTur nº 41, de 2021, que dispõem sobre o Mapa Nacional do Turismo, caminhos foram criados para os municípios se articularem em relação ao turismo e acessarem verbas federais destinadas à infraestrutura do turismo. Com este marco regulatório, as novas instâncias de governança regional (IGR) ficaram dotadas de elevado capital

político, social e, inclusive, econômico, pois são por meio delas que os municípios passaram a poder acessar, direta ou indiretamente, repasses estaduais e federais. Diretamente porque, para receber essas verbas, os municípios devem fazer parte do mapa do turismo e, para isso, devem pertencer a uma IGR reconhecida pelo governo federal, além de ter organizado em seu município conselho e fundo de turismo, dentre outros requisitos. Indiretamente, porque o repasse poder vir através de algum projeto diretamente criado pela própria IGR, e neste caso, sendo membro, o município pode se beneficiar em conjunto com os demais membros. A IGR detém o poder institucional.

A importância de tal marco regulatório como influenciador no processo de articulação regional é evidenciada no relato de vários agentes que se preocuparam em formar os conselhos de turismo e formalizar os empreendimentos através do Cadastur – sistema nacional de cadastro de estabelecimentos turísticos, que é outro requisito para constar no mapa do turismo. Um agente afirma que “uma das primeiras metas deste grupo de trabalho foi a organização dos conselhos municipais de turismo” (R. C., 2021, informação verbal). Em seguida, para elucidar sobre o suporte técnico que o grupo de trabalho deu aos municípios da rota, complementa com duas falas que corroboram esta evidência:

Nós buscamos uma lei de formação do conselho municipal de turismo e do fundo municipal de turismo – a lei de Gramado – para ser um tipo de padrão para todos os municípios, para ter uma coisa organizada. E bem fundamentado para que todos pudessem seguir a mesma linha institucional (R. C., 2021, informação verbal).

O Cadastur, a gente sabe, é um instrumento importantíssimo para o mapa do turismo regional (R. C., 2021, informação verbal).

Mesmo que nestas respostas, a busca por recursos financeiros não apareça de forma direta, através de outras falas, pode-se perceber que há a intenção clara de receber recursos federais. Um entrevistado, ao responder sobre o tipo de entidade que a rota se tornaria, e mais especificamente, sobre a entidade se tornar uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), afirma:

Eu acho que esse debate de OSCIP era para facilitar a entrada de recursos públicos, pegar recursos, com o governo federal e governo estadual, porque, como associação, acho que não pegaria uma emenda parlamentar, por exemplo. Não sei se pegaria, não sei da legislação, não lembro (N. P., 2021, informação verbal).

Há uma clara meta de se enquadrar nas normativas supracitadas como uma forma de alcançar os repasses federais e estaduais para o turismo, e isso é consequência da mudança



institucional que ocorreu com a evolução das políticas públicas do turismo. Neste sentido, é possível visualizar a capacidade que as normativas têm de influenciar novas organizações locais, novos processos de articulação, fortalecendo determinados setores e atores. As políticas públicas, desta maneira, são elementos que modificam as regras do jogo e, portanto, conformam e deformam o campo.

Já em 2019 – ano em que os trabalhos relativos à formação do Caminho dos Vales e das Águas diminuíram – foi instituída a Associação do Turismo do Litoral Norte (ATL-Norte) com objetivo de integrar as ações relacionadas ao turismo dos municípios da região, incentivada pelo programa de regionalização do turismo do governo federal e demais políticas públicas. A ATL-Norte se tornou a instância de governança regional (IGR) de aproximadamente vinte municípios do litoral norte gaúcho, dentre eles, os nove que compõem o Caminho dos Vales e das Águas e por isso, é a instituição responsável por colocar os municípios da região no Mapa do Turismo. Este fato pode ter sido determinante para os passos seguintes do arranjo Caminho dos Vales e das Águas.

Percebemos que, a partir de 2017, foram iniciados alguns movimentos nos municípios do litoral norte gaúcho para fomentar o turismo na região. Constatamos que estas iniciativas ocorreram justamente depois de o governo federal consolidar as políticas públicas de descentralização do turismo, especialmente através da publicação da portaria MTur nº 313, de 2013, que estabeleceu as normas e regras para que os municípios constassem no Mapa do Turismo brasileiro. É possível perceber que, ao menos de maneira indireta, incentivou sua organização, dada a convergência sobre estratégias para alcançar os repasses estaduais e federais que apareceram nos relatos dos entrevistados vistos nesta seção.

As políticas públicas de regionalização do turismo são instituições formais – constrangimentos formalmente criados que moldam as escolhas dos indivíduos (North, 2018) – que objetivam descentralizar as questões e decisões da pauta do turismo para o âmbito do destino turístico. Essas políticas instituíram também um modelo de governança que deveria ser adotado pelos agentes destes destinos turísticos. Neste modelo, cada Prefeitura Municipal deveria participar de uma instância de governança regional (IGR), ou seja, uma aliança organizada entre os municípios geograficamente próximos uns aos outros e com características turísticas similares. Ora, uma aliança organizada, requer hierarquias definidas e, portanto, modifica as posições no campo e ressignifica, com isso, os diferentes capitais de seus agentes.

Não se tem evidência, no entanto, se a associação do Caminho dos Vales e das Águas objetivou, em algum momento, se tornar a instância de governança regional dos nove

municípios. Mas é possível perceber que a criação da Associação do Turismo do Litoral Norte e sua institucionalização quanto instância de governança regional trouxe consequências para sua consolidação. Nota-se, ainda, que o Caminho dos Vales e das Águas, quando auxilia os municípios a comporem seus conselhos de turismo e seus fundos de turismo, assim como quando dá suporte para que os municípios tenham empreendimentos cadastrados no Cadastur, ele apoia uma iniciativa que, teoricamente, seria papel de uma IGR. Isso ocorreu, porque no início da formação do Caminho dos Vales e das Águas, ainda não havia uma IGR instituída na região e tais iniciativas eram necessárias. Há aqui uma disputa por uma determinada posição que foi instituída para o campo turístico e para o campo político.

Caso os representantes do Caminho dos Vales e das Águas não queiram o arranjo como um candidato à IGR dos nove municípios e, para não haver redundância de funções, entende-se que o Caminho dos Vales e das Águas deve passar a cumprir um papel um pouco diferente daquele inicial e, talvez por isso os entrevistados convirjam quando ponderam que a partir deste momento a rota deve ser tocada pela iniciativa privada. É custoso para um agente, especialmente uma prefeitura de um município pequeno, manter-se associado a várias entidades que cumprem o mesmo papel, seja pela dotação orçamentária periódica para contribuição com a associação, seja pelos recursos humanos e sociais que despense para se manter em ambas as redes.

## **5 Considerações finais**

Constatou-se, a partir dessas reflexões, que, em um período tão curto de existência, a Associação do Caminho dos Vales e das Águas precisou modificar seu papel para manter-se no campo turístico. Precisou se adaptar para que fosse de interesse dos demais atores do campo mantê-la em sua rede. Depreende-se que para a organização fazer sentido ela precisa estar atenta às regras e aos interesses do campo de disputas, e ela conseguirá se constituir e se fortalecer se os seus interesses convergirem com interesses do campo em primeiro lugar, e de seus agentes mais importantes em segundo lugar.

Há outro aspecto que merece ser destacado em relação às disputas e aos capitais turísticos que os agentes detêm. Durante as entrevistas, apareceu o desejo de o arranjo contar com outro agente que possui elevado capital simbólico no campo turístico, no caso, o município de Torres, através de seus gestores, porém sem querer colocá-lo como agente central. Ao mesmo tempo, o município de Torres, através de seu gestor, ao passo que reconhece a formação do arranjo, não se vê inserido nele, apesar de Torres ser um dos municípios integrantes da

associação. Tais disputas dificultaram a conformação do arranjo, portanto.

Pudemos constatar, ainda, que a rede estabelecida para o Caminho dos Vales e das Águas perdeu forças quando alguns dos *nós* existentes deixaram-na, sobretudo aqueles com elevado capital político e social. Mesmo que outros agentes com elevado capital, seja qual for, incorporem a rede, há uma demora para que os laços sejam restabelecidos, e há uma reestruturação nas forças dos laços e nas configurações deles. As redes, de fato, com o tempo, podem se rearranjar e é o que estava ocorrendo com o Caminho dos Vales e das Águas. A rede poderia, inclusive, ter se dissipado com tais movimentos.

Verificamos, ainda, o quanto uma política pública é capaz de modificar a agência dos envolvidos, bem como suas relações. O mapa do turismo, com seus critérios de seleção instituídos, modificou as regras do campo, estimulando novas relações e determinando, inclusive, a criação e a modificação das posições no campo.

O tempo em que a rede parou de mobilizar os agentes fez com que muitos dedicassem seus recursos em outras redes em formação. Sabe-se, como vimos, que os recursos, sobretudo dos pequenos municípios, são escassos, e quando dedicados a outras atividades concorrentes, dificilmente se consegue atingi-los.

Claro que é possível que coexistam rotas, “sub-rotas”, roteiros e circuitos diversos. Aliás, entende-se ser preciso o maior número possível delas para fomentar o turismo em uma região. Mas elas precisam ser complementares umas às outras e não concorrentes. Esta nova etapa do Caminho dos Vales e das Águas precisava oferecer aos municípios aquilo que as outras redes não ofereciam, para evitar a redundância de laços que contraria os princípios das redes eficientes.

Pôde-se, através desta pesquisa, portanto, compreender como ocorrem as relações sociais quando se têm capitais políticos e econômicos em jogo, como é o caso desta organização que surgiu após a instituição das políticas de descentralização do turismo. Nota-se que devido às mudanças de agentes, ao surgimento de outras organizações e à própria pandemia, em pouco tempo, esta organização já precisou se modificar para seguir com seus objetivos de fomentar o turismo regional.

## Referências

A. N. **Entrevista VII**. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (62 min.).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Nílvia Pinto Pereira foi condecorada pela Assembleia Legislativa com a Medalha do Mérito Farroupilha.** JUSBRASIL, 2014. Disponível em: <<https://al-rs.jusbrasil.com.br/noticias/154731741/nilvia-pinto-pereira-foi-condecorada-pela-assembleia-legislativa-com-a-medalha-do-merito-farroupilha>>. Acesso em 22/07/2022.

B. M. **Entrevista III.** Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (38 min.).

BENI, M. Clusters de turismo. In: Beni, M. (org.). **Turismo: Planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters.** Barueri: Manole, 2012.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de La recherche em sciences sociales**, v. 31, 1980. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss\\_0335-5322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069)>. Acesso em: 18/07/2022.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia.** Lisboa: Fim de Século, 2003

\_\_\_\_\_. **The Social Structures of the Economy.** Cambridge: Polity Press, 2005.

\_\_\_\_\_. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, jul. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3JY6Zsr9yVZGz8BYr5TfCRG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18/07/2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Gabinete do Ministro. Portaria MTur Nº 105, de 16 de Maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Gabinete do Ministro. Portaria MTur Nº 313, de 03 de Dezembro de 2013. Define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Gabinete do Ministro. Portaria MTur Nº 41, de 24 de Novembro de 2021. Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2021a.

BURT, R. The social structure of competition. In: Nohria, N., Eccles, R. (Eds.), **Networks and organizations: Structure, form and action.** Boston: Harvard University School Press, 1992.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS. Três Cachoeiras. **Ata 01/2017** de 11 out. 2017, 2017a.

\_\_\_\_\_. Três Cachoeiras. **Ata 02/2017** de 20 out. 2017, 2017b.

\_\_\_\_\_. Mampituba. **Ata 03/2017** de 01 nov. 2017, 2017c.

\_\_\_\_\_. Três Forquilhas. **Ata 04/2017** de 21 nov. 2017, 2017d.

\_\_\_\_\_. Três Cachoeiras. **Ata 05/2017** de 19 dez. 2017, 2017e.

\_\_\_\_\_. Terra de Areia. **Ata 01/2018** de 09 abr. 2018, 2018a.

\_\_\_\_\_. Torres. **Ata 02/2018** de 23 mai. 2018, 2018b.

\_\_\_\_\_. Dom Pedro de Alcântara. **Ata 03/2018** de 09 ago. 2018, 2018c.

\_\_\_\_\_. Arroio do Sal. **Ata 04/2018** de 16 ago. 2018, 2018d.

\_\_\_\_\_. Três Cachoeiras. **Ata 05/2018** de 04 set. 2018, 2018e.

\_\_\_\_\_. Torres. **Ata 06/2018** de 10 out. 2018, 2018f.

\_\_\_\_\_. Três Cachoeiras. **Ata 07/2018** de 30 out. 2018, 2018g.

\_\_\_\_\_. Três Cachoeiras. **Ata 08/2018** de 06 nov. 2018, 2018h

\_\_\_\_\_. Três Cachoeiras. **Ata 01/2019** de 19 fev. 2019, 2019.

\_\_\_\_\_. Três Cachoeiras. **Ata 01/2021** de 23 fev. 2021, 2021.

CRUZ, R. Impactos da pandemia no setor de turismo. **Jornal da USP**, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/impactos-da-pandemia-no-setor-de-turismo/>>. Acesso em: 26/06/2022.

CUNHA, S.; CUNHA, J. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 63-79, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v9nspe2/v9nesp2a06.pdf>>. Acesso em: 18/02/2020.

E. B. **Entrevista X**. [abr. 2022]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2022. 1 arquivo .mp3 (35 min.).

F. N. **Entrevista VIII**. [mar. 2022]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2022. 22 arquivos .mp3 (18 min.).

IGLIORI, D. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento**. São Paulo: Iglu, FAPESP, 2001.

I. F. **Entrevista V**. [set. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

L. S. **Entrevista IV**. [ago. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Arroio do Sal, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

LAHIRE, B. Campo. IN: Catani et al (Orgs.), **Dicionário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LEBARON, F. Capital. IN: Catani et al (Orgs.), **Dicionário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

N. P. **Entrevista II**. [ago. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (54 min.).

NORDIN, S. **Tourism clustering & innovation**: Paths to economic growth & development. Östersund: Etour, 2003.

NORTH, D. C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

O SUL. **Associação de Turismo do Litoral Norte define diretoria para o biênio 2019/21**. O Sul, 2019. Disponível em: <<https://www.osul.com.br/associacao-de-turismo-do-litoral-norte-define-diretoria-para-o-bienio-201921/>>. Acesso em: 26/06/2022.

PIMENTEL, T. Bourdieu, campo turístico e suas implicações para a governança de destinos turísticos. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n, 21/22, 2014.

PIMENTEL, T. O campo turístico: uma perspectiva sócio-política para estudar a ação e sua estruturação. **Revista Latino-Americana de Turismologia**, v.6, jan./dez., 2020.

PORTER, M. Clusters and the New Economics of Competition. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 6, p. 77-90, nov./dez. 1998.

R. C. **Entrevista I**. [ago. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

R. R. **Entrevista IX**. [mar. 2022]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2022. 1 arquivo .mp3 (29 min.).

RACHERLA, P.; HU, C. A social network perspective of Tourism research collaborations. **Annals of Tourism Research**, v. 37, n. 4, p. 1012-1034, 2010.

RIOS, F. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102/9367>>. Acesso em: 18/07/2022.

ROCHA, G. Rota turística Caminho dos Vales e das Águas é oficialmente lançada. **A Folha**, 2018. Disponível em: <<https://afolhatorres.com.br/rota-turistica-caminho-dos-vales-e-das-aguas-e-oficialmente-lancada/>>. Acesso em: 26/08/2020.

SILVA, C. A.; FIALHO, J; SARAGOÇA, J. Análise de redes sociais e Sociologia da acção. Pressupostos teórico-metodológicos. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 11, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ras/361>. Acesso em: 17/01/2023.

SMITH-DOERR, L; POWELL, W. Networks and economic life. IN: Smelser, N.; Swedberg, R. (Eds.). **The Handbook of Economic Sociology**. Nova Iorque: Princeton University Press, 2005.

V. J. **Entrevista VI**. [set. 2021]. Entrevistador: Christiano Mór Giongo. Osório, 2021. 1 arquivo .mp3 (39 min.).